PROJETO DE LEI Nº 2.374, DE 2007

Acrescenta parágrafo ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, para tornar obrigatório o exame de próstata para os trabalhadores do sexo masculino com idade a partir de quarenta anos.

Autor: Deputado CLODOVIL HERNANDEZ

Relator: Deputado MAURO NAZIF

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO

Embora louvável a preocupação do autor, são tantos e tais os óbices que vislumbramos na iniciativa, que, em nosso entendimento, não é possível, infelizmente, concordar com o parecer favorável a ela.

Em primeiro lugar, é certo que a medida proposta terá repercussões financeiras para as empresas, pois, de acordo com o art. 168 da CLT, os exames ali citados correm por conta do empregador. Cabe à CTASP analisar a matéria do ponto de vista das relações entre capital e trabalho, de forma a favorecer a produção, o trabalho e a renda. Nesse sentido, é preciso pôr em relevo que tais exames não são baratos e seus custos não serão

absorvidos com facilidade pelas micro e pequenas empresas, já assoberbadas com a complexa e elevada carga tributária do País.

Os custos da proposta foram, em parte, aliviados pelo substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), que propôs a supressão da parte final do dispositivo que obrigava o empregador a responsabilizar-se pelo auxílio psicológico ao trabalhador positivado no exame. Tal exigência, no entanto, foi reintroduzida pelo Substitutivo do Relator na CTASP.

O câncer de próstata não é uma doença profissional nem está relacionada à aptidão física do trabalhador para o emprego. Portanto, trata-se de uma questão de saúde pública em geral, cabendo aos órgãos públicos responsáveis pela saúde da população os principais ônus na luta contra esse mal, pois é para isso que eles existem. É óbvio que os empregadores podem e devem exercer funções de colaboração com o Estado na preservação da saúde dos trabalhadores, porém a função primordial das empresas é produzir bens e serviços, e não nos parece razoável atribuir-lhes tal protagonismo, tão diverso de sua função primordial, e, ainda por cima, com a imposição de ônus financeiro.

Mais compreensível seria se aos empregadores fosse, por exemplo, imposta a obrigação de recomendar o teste, de fazer uma exposição ou advertência, ou de encaminhar o trabalhador para exame no momento da admissão. Poder-se-ia, até mesmo, determinar que os empregadores fizessem os exames, mas por conta do Poder Público.

Em segundo lugar, reforçando o argumento em contrário, exposto no primeiro ponto, em que pese o grande benefício para a saúde pública, não há correlação lógica entre os exames de câncer de próstata e as obrigações típicas do contrato de trabalho. É preciso ter muita parcimônia ao impor ao contrato de trabalho obrigações acessórias, pois, dada a repercussão que tal contrato tem na vida social, de um jeito ou de outro quase todos os demais aspectos da vida em sociedade com ele se relacionam. Assim, pode-se perguntar também por que não exigir, no momento da admissão, a tomografia computadorizada ou a ressonância magnética do tórax para detectar preventivamente o câncer do pulmão, que, afinal, mata mais do que o câncer de próstata. O mesmo raciocínio pode ser aplicado para o câncer de mama e para muitas outras doenças que dependem de diagnóstico preventivo para

cura. Igual raciocínio se aplicaria também ao controle de vacinação, à frequência à escola dos filhos etc.

Em terceiro lugar, percebemos facilmente que tal obrigação, no âmbito do exame de admissão ao trabalho, não teria uma repercussão tão grande que a justificasse. Note-se que a medida alcança apenas os trabalhadores com mais de quarenta anos. Ora, é justamente nessa etapa que cai significativamente a taxa de rotatividade no mercado de trabalho. A baixa taxa de rotatividade é reforçada porque, se de um lado, as empresas não querem abrir mão de seus empregados mais capazes e experientes, de outro, resistem muito a contratar empregados mais velhos, preferindo investir, quando é possível, nos trabalhadores mais jovens. Como o exame admissional não atinge os já empregados, e as empresas tendem a contratar menos à medida que a idade do trabalhador avança, o exame alcançaria um número relativamente baixo de trabalhadores.

É certo que o nobre Relator alterou o texto inicial incorporando o exame de próstata à rotina dos exames laborais de saúde. A proposta do Relator, no entanto, desconsidera o grande número de empresas que não mantêm departamento médico próprio nem convênio para atendimento aos empregados, dentre outros motivos, por não disporem de dinheiro ou infraestrutura para tanto. Além disso, muitos empregados trabalham longe dos grandes centros urbanos, onde dificilmente se encontram especialistas ou equipamento necessário para o exame eficaz. Nesses casos, o empregador teria que arcar periodicamente com os custos não só dos exames, como também de alimentação, transporte para o local adequado e hospedagem. Os custos deste exame já seriam elevados apenas na admissão, em se tratando de microempresas instaladas em zonas rurais. Com a obrigação convertida em rotina, os custos são simplesmente proibitivos.

Em razão disso, em quarto lugar, devemos lembrar que o exame de saúde certamente terá impacto na decisão do empregador de efetivar a contratação ou manter o empregado. A medida pode, por isso, se converter em sério entrave à empregabilidade dos trabalhadores com idade a partir de quarenta anos, pois, impossibilitado de manter os exames de rotina, restaria ao empregador, como única saída, demitir o funcionário e contratar outro mais jovem.

Além do fator “custo”, sabemos que o preconceito contra o câncer ainda é forte e, por isso, há o risco de algum trabalhador ser preterido na admissão caso seja positivado no exame. Assim, pensamos que a nobre causa defendida pelo Projeto pode, na verdade, voltar-se contra o trabalhador.

Pelos razões expostas, somos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei n.º 2.374 de 2007.

Sala da Comissão, em 11 de agosto de 2009.

Deputado Luiz Carlos Busato